

# A BULLY DIPLOMACY DO SEGUNDO GOVERNO DONALD TRUMP: ANÁLISE DAS AMEAÇAS, TARIFAS E RECONFIGURAÇÃO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Kamili Vitória Fracaro<sup>1</sup>

Allany Camile de Jager Furtuoso<sup>2</sup>

Gabriel Querino Tombini<sup>3</sup>

João Alfredo Lopes Nyegray<sup>4</sup>

## RESUMO

Este artigo analisa a *bully diplomacy* adotada pelo segundo governo de Donald Trump (2025–2026), compreendida como um padrão articulado de política externa em que a barganha bilateral, sustentada pela ameaça e pela exploração de assimetrias de poder, substitui a construção de consenso multilateral como principal mecanismo de obtenção de resultados internacionais. A pesquisa é qualitativa e exploratória, fundamentada em dados secundários — documentos oficiais, relatórios de organismos internacionais e literatura acadêmica e jornalística especializada — e organizada em quatro eixos complementares. O primeiro examina o uso das tarifas como instrumento de coerção diplomática contra aliados tradicionais (Canadá, México e União Europeia) e seus efeitos sobre a credibilidade comercial norte-americana. O segundo analisa a ambiguidade da diplomacia de Trump em relação à guerra Rússia-Ucrânia e seus efeitos desestabilizadores sobre a ordem de segurança europeia. O terceiro investiga a coerção territorial exercida sobre o Canadá e a Groenlândia e suas implicações normativas para o princípio da integridade territorial. O quarto examina como o conjunto dessas ações reconfigura as alianças

<sup>1</sup> Aluna do 5º período do curso de Relações Internacionais e do 2º período do curso de Direito da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2025-2026). E-mail: kamili.fracaro@mail.fae.edu e kamili.vitoria@mail.fae.edu

<sup>2</sup> Aluna do 5º período do curso de Relações Internacionais da FAE Centro Universitário. Voluntário do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2025-2026). E-mail: allany.furtuoso@mail.fae.edu

<sup>3</sup> Aluno do 5º período do curso de Relações Internacionais da FAE Centro Universitário. Voluntário do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2025-2026). E-mail: gabriel.trombini@mail.fae.edu

<sup>4</sup> Orientador da Pesquisa. Mestre e Doutor em Internacionalização e Estratégia. Especialista em Negócios Internacionais. Advogado, graduado em Relações Internacionais. Professor de Geopolítica e Negócios Internacionais. E-mail: joao.nyegray@fae.edu.

internacionais e fragiliza as organizações multilaterais responsáveis pela governança global. Os resultados indicam que a *bully diplomacy* opera como estratégia coerente de extração de concessões — descrita na literatura recente como “hegemonia predatória” —, cujo efeito cumulativo é a erosão da previsibilidade institucional que historicamente sustentou a liderança dos Estados Unidos, incentivando simultaneamente a diversificação de parcerias por parte de aliados tradicionais e o aprofundamento da cooperação entre potências revisionistas.

**Palavras-chave:** Bully diplomacy. Política externa dos Estados Unidos. Diplomacia coercitiva. Multilateralismo. Ordem internacional liberal.

## INTRODUÇÃO

O retorno de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos em janeiro de 2025 inaugurou um padrão de condução da política externa que se distingue não apenas pela intensidade das medidas adotadas, mas sobretudo pela natureza sistemática com que a coerção passou a substituir a negociação como instrumento primário de relacionamento com outros Estados — sejam eles aliados históricos, sejam adversários estratégicos. A literatura especializada recente tem consolidado o termo *bully diplomacy* para descrever esse padrão: uma modalidade de política externa em que a barganha bilateral, sustentada pela ameaça e pela exploração deliberada de assimetrias de poder econômico, comercial e militar, substitui a construção de consenso multilateral como principal mecanismo de obtenção de resultados internacionais (Walt, 2026). Compreender esse fenômeno em suas múltiplas manifestações — tarifárias, territoriais, diplomáticas e institucionais — constitui o objeto central deste artigo.

A relevância do tema decorre de sua posição na interseção entre política externa, economia internacional e teoria das relações internacionais. Por um lado, a *bully diplomacy* pode ser lida como manifestação extrema da diplomacia coercitiva clássica, na formulação de George, Hall e Simons (1971) e de Schelling (1966): o uso calculado de ameaças e punições para alterar o comportamento de outros Estados sem recorrer ao emprego direto da força. Por outro lado, sua aplicação sistemática contra aliados tradicionais — e não apenas contra adversários estratégicos — representa uma ruptura com o padrão que orientou a liderança norte-americana desde o pós-Segunda Guerra Mundial, fundamentado na combinação entre poder material e legitimidade institucional (Walt, 2026). Compreender essa ruptura é relevante tanto para a análise da economia política internacional contemporânea quanto para a reflexão sobre os limites e riscos da coerção como instrumento de política externa em um sistema internacional de alta interdependência.

Diante desse cenário, o objetivo geral deste artigo consiste em analisar a *bully diplomacy* do segundo governo Donald Trump, examinando suas manifestações tarifárias, territoriais e institucionais e seus efeitos sobre as alianças, o comércio internacional e a ordem multilateral. O objetivo geral orienta a formulação dos objetivos específicos e permite uma visão integrada dos aspectos mais relevantes do fenômeno investigado (Lakatos; Marconi, 2017). Os objetivos específicos, por sua vez, dividem o problema central em partes mensuráveis e operacionalizáveis, servindo de etapas para a realização do estudo (Vergara, 2006), e estruturam, respectivamente, cada uma das quatro seções de desenvolvimento deste artigo: (i) investigar a imposição de tarifas do segundo governo Trump contra aliados tradicionais — Canadá, México e União Europeia — e seus impactos sobre as relações comerciais e a credibilidade internacional

dos Estados Unidos; (ii) analisar a diplomacia ambígua de Trump em relação ao conflito Rússia-Ucrânia e seus efeitos sobre a segurança europeia e a coesão da Organização do Tratado do Atlântico Norte; (iii) examinar as ameaças de anexação territorial dirigidas ao Canadá e à Groenlândia como manifestação de coerção territorial e seus efeitos sobre a confiança dos aliados e a norma de integridade territorial; e (iv) avaliar o impacto do conjunto dessas ações sobre as alianças internacionais e sobre as organizações multilaterais, com atenção à resposta de países aliados e de potências adversárias.

Do ponto de vista metodológico, adotou-se abordagem qualitativa e exploratória, fundamentada em dados secundários, para investigar as manifestações e os efeitos da *bully diplomacy* do segundo governo Trump sobre o sistema internacional. A abordagem qualitativa justifica-se pelo caráter multidimensional do fenômeno investigado, que articula dimensões econômicas, diplomáticas, jurídicas e estratégicas cuja compreensão integrada dificilmente seria capturada por instrumentos estritamente quantitativos. A opção pela pesquisa exploratória decorre da natureza ainda recente e insuficientemente sistematizada do objeto, o que a torna adequada para o mapeamento inicial de um fenômeno em curso (Gil, 2008). A coleta de dados secundários apoiou-se em documentos oficiais (ordens executivas, tratados, relatórios governamentais), publicações de organizações internacionais (OMC, OTAN, Fórum Econômico Mundial) e literatura acadêmica e jornalística especializada sobre política externa norte-americana, comércio internacional e segurança global, submetida à técnica de análise de conteúdo (Bardin, 2011) para a extração de inferências sobre os padrões recorrentes de comportamento identificados ao longo do período analisado.

O artigo está estruturado em quatro seções de desenvolvimento, além desta introdução e das considerações finais. A primeira seção analisa o tarifaço imposto pelo segundo governo Trump a Canadá, México e União Europeia, situando-o na literatura sobre diplomacia coercitiva e poder econômico e examinando as reações desses parceiros e os efeitos sobre a credibilidade internacional dos Estados Unidos. A segunda seção examina a ambiguidade da postura de Trump em relação à guerra Rússia-Ucrânia, articulando-a às teorias realista e neoliberal das relações internacionais e a seus efeitos sobre a arquitetura de segurança europeia. A terceira seção investiga a coerção territorial exercida sobre o Canadá e a Groenlândia, discutindo suas implicações para a norma de integridade territorial e para a credibilidade dos compromissos de segurança norte-americanos. A quarta seção sintetiza essas manifestações sob a chave interpretativa da hegemonia predatória, examinando seus efeitos sobre a reconfiguração das alianças internacionais e sobre o funcionamento das organizações multilaterais. Por fim, as considerações finais retomam os principais achados de cada eixo e discutem suas implicações para a compreensão da liderança internacional dos Estados Unidos no período contemporâneo.

## 1 AS TARIFAS DO SEGUNDO GOVERNO TRUMP E OS IMPACTOS SOBRE ALIADOS TRADICIONAIS

Os Estados Unidos consolidaram-se, desde o pós-Segunda Guerra Mundial, como o principal eixo da economia internacional, articulando relações comerciais profundamente institucionalizadas com Canadá, México e União Europeia, sustentadas tanto pela interdependência econômica quanto por arranjos multilaterais que garantiam previsibilidade ao comércio. Essas relações favoreceram a expansão do mercado norte-americano e o fortalecimento de cadeias regionais de produção, mas também foram marcadas por tensões sempre que interesses nacionais colidiram com compromissos multilaterais.

A parceria com Canadá e México ganhou relevância central com o North American Free Trade Agreement (NAFTA), de 1994. A crítica de Trump ao acordo — rotulado como prejudicial aos trabalhadores americanos — abriu caminho para sua renegociação, resultando no United States-Mexico-Canada Agreement (USMCA), de 2020, que preservou parte da arquitetura do NAFTA mas incorporou cláusulas laborais, ambientais e digitais e sinalizou menor disposição à cooperação e maior assertividade comercial. Nos vínculos transatlânticos, tensão semelhante emergiu entre os Estados Unidos e uma União Europeia que é simultaneamente fonte de insumos estratégicos — fármacos, maquinário avançado, componentes aeroespaciais — e importante compradora de petróleo e gás norte-americanos (Comissão Europeia, 2025). O acordo de 2025 entre EUA e UE, com teto tarifário de 15% para a maior parte das exportações europeias, evidencia tanto a centralidade dessa relação quanto a necessidade de conter as tensões geradas pela política tarifária de Washington.

A trajetória comercial americana no pós-guerra caracterizou-se por compromisso com o multilateralismo e tarifas médias baixas, próximas a 5% (Irwin, 2017). A partir de Obama, o ambiente doméstico tornou-se mais favorável ao protecionismo; Trump intensificou esse movimento e rompeu com o padrão cooperativo anterior, saindo da Parceria Transpácífica, impondo tarifas sobre aço e alumínio e iniciando a guerra comercial com a China. No segundo mandato, essa transformação avança também nos instrumentos jurídicos: o uso pontual da Section 232 e da Section 301 no primeiro mandato dá lugar ao emprego intensivo da International Emergency Economic Powers Act (IEEPA), base legal para tarifas rápidas e abrangentes agora dirigidas não apenas contra rivais estratégicos, mas contra aliados históricos.

## 1.1 TARIFAS, DIPLOMACIA COERCITIVA E PODER ECONÔMICO

Tarifas são sobretaxas sobre mercadorias importadas, tradicionalmente justificadas como mecanismos de proteção industrial. Para nacionalistas como Trump, fortalecem a economia doméstica; para críticos, geram inflação, encarecem insumos industriais e desorganizam cadeias globais de suprimentos (O Globo, 2025). No governo Trump, contudo, as tarifas extrapolam a esfera econômica: a literatura sobre diplomacia coercitiva, na formulação clássica de George, Hall e Simons (1971), descreve esse uso de ameaças e punições econômicas calibradas para alterar o comportamento de outros Estados sem recorrer à força direta — dinâmica reforçada por justificativas amplas como “segurança nacional” ou “emergências fronteiriças”, que flexibilizam os limites normativos do instrumento.

Sob a ótica realista de Morgenthau (1948), a política externa deve ser guiada pelo interesse nacional definido em termos de poder; a seletividade das tarifas de Trump — aplicadas inclusive a aliados fundamentais — revela seu emprego como instrumento político de carga estratégica, simultaneamente barreira comercial e ferramenta de coerção diplomática. Essa instrumentalização atinge seu ápice no segundo mandato: desde janeiro de 2025, a IEEPA fundamentou uma tarifa universal mínima de 10% sobre a maioria dos bens importados (Canadian Federation of Independent Business - CFIB, 2025), somada a sobretaxas específicas — 25% sobre a maioria dos produtos canadenses (10% para energia, até 50% para aço e alumínio), 25% sobre produtos industriais mexicanos, e tarifas médias próximas a 9% sobre a União Europeia, com sobretaxas de até 50% em aço e alumínio (McKibbin; Noland, 2025). Canadá, México e União Europeia reagiram de forma distinta — retaliação imediata, negociação pragmática e ajustes internos, respectivamente —, evidenciando tanto a centralidade do mercado americano quanto os limites da coerção tarifária em sistemas de alta interdependência.

## 1.2 REPERCUSSÕES, REAÇÕES DOS ALIADOS E A RECONFIGURAÇÃO DIPLOMÁTICA

Os efeitos das tarifas repercutiram nas instituições multilaterais e nas cadeias globais de valor. O multilateralismo do pós-guerra já enfrentava desafios associados ao comportamento de *free-riders* (World Trade Organization [WTO], 2009); as medidas unilaterais de 2025 acentuaram essas tensões, fragilizando a previsibilidade normativa da OMC. As cadeias globais, expostas às oscilações tarifárias, sofreram interrupções logísticas e encarecimento de insumos, levando países a buscar reshoring, nearshoring e friendshoring — movimentos caros e frequentemente insuficientes para restaurar

a estabilidade do sistema (Praxedes, 2025). No plano setorial, a indústria automotiva integrada a Canadá e México, além dos setores siderúrgico, químico e aeroespacial, sofreu pressões imediatas de custo; a União Europeia buscou mitigar impactos negociando a eliminação de tarifas sobre produtos industriais americanos (Comissão Europeia, 2025).

As implicações diplomáticas se aprofundaram com as contramedidas dos aliados: o Canadá foi o primeiro a reagir, com tarifas retaliatórias sobre cerca de US\$ 30 bilhões em importações americanas; o México privilegiou a negociação direta, dada sua dependência do mercado americano; e a União Europeia combinou pacotes de retaliação com negociação para evitar escalada incontrolável. Como sugere a perspectiva neoliberal de Keohane e Nye (1977), a interdependência intensifica a sensibilidade dos Estados aos custos das tarifas e amplia a necessidade de pragmatismo diplomático — mas também acelera a aproximação de parceiros tradicionais a alternativas ao eixo norte-americano, com a China emergindo como polo de estabilidade relativa e a Europa buscando diversificação comercial, como no acordo Mercosul-EFTA de 2025.

### 1.3 OS EFEITOS SOBRE A CREDIBILIDADE INTERNACIONAL DOS EUA

A credibilidade internacional dos Estados Unidos, historicamente construída sobre consistência institucional e compromisso com aliados, é colocada em xeque pela volatilidade tarifária do segundo governo Trump. Como argumenta Yarhi-Milo (2025), a reputação de um Estado deriva da previsibilidade de suas ações; decisões unilaterais anunciadas e revertidas em ciclos sucessivos levam parceiros a avaliar com maior cautela a confiabilidade norte-americana. Ainda que a *bully diplomacy* gere ganhos táticos de curto prazo, ela tende a produzir efeitos estruturais duradouros, erodindo a confiança em Washington e incentivando alianças alternativas no eixo euro-asiático.

Em síntese, as tarifas do segundo governo Trump extrapolam a lógica de uma política comercial convencional e constituem instrumentos de coerção diplomática que exploram vulnerabilidades da interdependência econômica. Ao reconfigurar relações bilaterais e desafiar mecanismos multilaterais, afetam cadeias de produção, alteram fluxos comerciais estratégicos e comprometem a confiança depositada na liderança global dos Estados Unidos — resultando em uma ordem internacional mais fragmentada, na qual alianças históricas são tensionadas e novos arranjos geopolíticos emergem diante da imprevisibilidade norte-americana.

## **2 A DIPLOMACIA AMBÍGUA DE TRUMP E O CONFLITO RUSSO-UCRANIANO: ENTRE INTERESSES ESTRATÉGICOS E DESESTABILIZAÇÃO DA ORDEM INTERNACIONAL**

A política tarifária agressiva do segundo governo Trump, analisada no capítulo anterior, revelou uma inflexão mais ampla na atuação internacional dos Estados Unidos: o abandono de estratégias de cooperação com aliados históricos em favor de mecanismos coercitivos voltados a maximizar ganhos imediatos, mesmo ao custo de abalar arranjos multilaterais consolidados. Essa reconfiguração não se limita ao campo comercial, estendendo-se à esfera geopolítica, especialmente nas relações com a Rússia e no conflito em curso na Ucrânia. Este capítulo investiga como Trump adota postura de apoio implícito — e por vezes explícito — a Moscou, por meio de discursos que relativizam responsabilidades russas e condicionam o apoio militar a Kiev, tensionando a OTAN e revelando uma lógica estratégica de reposicionamento em meio a uma ordem internacional fragmentada.

Um dos episódios mais emblemáticos dessa postura ocorreu em fevereiro de 2025, quando, durante reunião na Casa Branca com o presidente ucraniano Volodymyr Zelensky, Trump o acusou de “não ser muito grato” pela ajuda americana e afirmou que o líder ucraniano estaria “jogando com a Terceira Guerra Mundial” (BBC News, 2025), transformando um encontro de alto nível em constrangimento diplomático. Esse padrão de exposição pública de aliados como ferramenta de pressão se estende a outros temas sensíveis: Trump chegou a chamar líderes europeus de “estúpidos” por suas políticas de imigração (G1, 2025), fragilizando laços diplomáticos e reforçando o uso da coerção para pautar debates.

A OTAN concentra parte importante dessa retórica transacional. Em 2018, na Cúpula de Bruxelas, Trump declarou que “os EUA estão pagando pela proteção da Europa e depois perdem bilhões no comércio”; em 2024, já em campanha, chegou a afirmar que encorajaria a Rússia a fazer “o que diabos quisesse” com membros da aliança inadimplentes em seus compromissos financeiros (Sullivan, 2024). A reação europeia foi imediata: o Ministério das Relações Exteriores alemão respondeu com a frase “um por todos e todos por um”, e o presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, classificou as declarações como “imprudentes” diante de uma ameaça real à segurança do continente (CNN Brasil, 2025a). A lógica subjacente — de que os Estados Unidos são “explorados” por aliados que não pagam sua parte justa da segurança coletiva (Sullivan, 2024; NATO, 2024) — tem apelo superficial, mas pouco considera os custos políticos de erodir a credibilidade da aliança.

Desde a invasão da Ucrânia em fevereiro de 2022, a postura de Trump em relação a Moscou é marcada por hesitação (New York Times, 2022): evitou condenações diretas às

ações russas (U.S. Department of War, [s.d.]) e chegou a elogiar Putin como “inteligente” por sua estratégia na Ucrânia, gerando reações bipartidárias adversas no Congresso (Fox News, 2022). Esse posicionamento contrasta com o isolamento diplomático de Moscou: a Assembleia Geral da ONU condenou a agressão russa por 141 votos a 5 em março de 2022, a Corte Internacional de Justiça determinou a cessação das operações militares, o Tribunal Penal Internacional emitiu mandado de prisão contra Putin por crimes de guerra (International Criminal Court, 2023), e o Tribunal Europeu de Direitos Humanos condenou a Rússia, em 2025, por silenciar críticas à guerra (Notícias UOL, 2025). O abandono da retórica de direitos humanos — visível também na tolerância de Trump a líderes como Xi Jinping e Mohammed bin Salman (BBC Brasil, 2025) — pode gerar ganhos táticos de curto prazo, mas compromete a capacidade americana de exercer soft power e construir coalizões duradouras.

Essa ambiguidade ganha sentido à luz da trajetória das relações EUA-Rússia desde o fim da Guerra Fria. Após o colapso soviético, a Rússia de Yeltsin aceitou a “terapia de choque” liberal e buscou aproximação com o Ocidente (Mchedlishvili, 2016; Jubran, 2015), postura que se inverteu gradualmente com a estabilização econômica e a ascensão de Putin, cuja política externa se tornou mais autônoma e aproximada de China, Irã e Coreia do Norte. O discurso de Putin na Conferência de Munique de 2007 — no qual criticou o unilateralismo ocidental e defendeu a multipolaridade (Putin, 2007) — é amplamente considerado o ponto de inflexão dessa trajetória (Shimabukuro, 2005). Nesse período, os Estados Unidos consolidaram sua hegemonia por meio da financeirização global, do domínio de instituições como FMI e Banco Mundial e da centralidade da OTAN como eixo de sua política de segurança (Conde, 2015; Carvalheira, 2005) — objetivo já formalizado no Defense Planning Guidance de 1992, segundo o qual os Estados Unidos deveriam impedir que qualquer potência hostil dominasse uma região crítica para seus interesses (National Security Council, 1992).

É contra esse pano de fundo que a ambiguidade do segundo governo Trump adquire seu significado mais crítico: ao relativizar as ameaças representadas por Moscou e tratar com leveza a fragilidade ucraniana — somando-se às ameaças à soberania da Groenlândia, discutidas no capítulo seguinte —, Trump alimenta desconfianças sobre a real disposição americana de assegurar a segurança europeia, aprofunda fissuras no bloco ocidental e contribui para a erosão de normas fundamentais da ordem internacional, como a soberania estatal de aliados históricos. O resultado é um ambiente estratégico mais favorável a Moscou e uma ruptura com a política que, por décadas, teve na defesa da Europa seu principal alicerce.

Essa erosão da ordem liberal — impulsionada pelo retorno de políticas protecionistas e pelo declínio relativo da liderança americana (Kalout, 2025) — se

manifesta no recuo do multilateralismo e na crescente preferência por acordos bilaterais, acelerando o declínio hegemônico dos Estados Unidos e abrindo espaço para a emergência de outras potências (Ribeiro; Ungaretti, 2020). Esse cenário fortalece o eixo Rússia-China, cuja aproximação, iniciada com o Grupo de Xangai (1996) e consolidada pelo Tratado de Boa Vizinhança de 2001 e pela Organização para Cooperação de Xangai (Caur, 2021), evita uma aliança militar formal mas sustenta apoio mútuo em crises — como sugerem os indícios de fornecimento russo de insumos militares à China sem armamento letal direto (Carlson, 2024) —, impulsionado também pelas sanções ocidentais desde 2014 (intensificadas em 2022), que incentivaram ambos os países a mitigar seu isolamento por meio de maior interdependência econômica bilateral.

O enfraquecimento da ordem liberal também incentiva políticas revisionistas em outros atores, que desafiam normas como o regime de não proliferação nuclear e os sistemas de sanções multilaterais à medida que diminui o custo do descumprimento dessas normas (Fernandes, 2023). O Irã declarou-se, em outubro de 2025, desvinculado das restrições da Resolução 2231 do Conselho de Segurança da ONU (Lira, 2025), e a Coreia do Norte ampliou parcerias com Vietnã e Rússia e emendou sua constituição para definir a Coreia do Sul como “inimigo primário e imutável” (Lee Jeong-Ho, 2024) — sinais de um sistema internacional em que a fragmentação da governança global favorece comportamentos cada vez mais desafiadores às normas centrais da ordem liberal, tema que se conecta diretamente à análise da coerção territorial desenvolvida no capítulo seguinte.

### **3 A COERÇÃO TERRITORIAL NA *BULLY DIPLOMACY* TRUMPISTA: CANADÁ, GROENLÂNDIA E A EROSÃO DA VIZINHANÇA ESTRATÉGICA**

O capítulo anterior demonstrou que a diplomacia do segundo governo Trump, ao operar por coerção seletiva e sinais ambíguos, produz efeitos que transcendem o episódio imediato do conflito russo-ucraniano, tensionando a credibilidade da própria arquitetura de alianças americana. Esse mesmo padrão, deslocado do teatro euro-atlântico para a vizinhança geográfica imediata dos Estados Unidos, assume contornos ainda mais sensíveis: em vez da condicionalidade do apoio militar, manifesta-se pela politização explícita da soberania e pela reintrodução do território como objeto de pressão. A ameaça de anexação — ainda que formulada como bravata política — desloca a barganha para o núcleo duro do Estado moderno: a integridade territorial e a autoridade jurisdicional. Diferentemente de pressões comerciais ou condicionamentos de cooperação, a coerção territorial toca diretamente as normas constitutivas da ordem

internacional, pois integridade territorial e soberania estatal não são valores entre outros, mas fundamentos jurídicos que limitam, ao menos formalmente, o recurso à força e à revisão de fronteiras. Este capítulo examina como as ameaças de anexação envolvendo Canadá e Groenlândia refletem essa dinâmica, avaliando seus efeitos sobre a relação dos Estados Unidos com seus vizinhos e sobre a estabilidade regional.

### 3.1 TERRITORIALIZAÇÃO DA *BULLY DIPLOMACY*

O território constitui elemento constitutivo do Estado-nação, associado tanto ao poder concreto de dominação quanto ao poder simbólico de apropriação (Casella, 2024; Haesbaert, 2004). A ameaça territorial representa por isso nível superior de sensibilidade política: enquanto tarifas podem ser negociadas, a violação territorial é praticamente irreversível em seus efeitos políticos e humanos, afetando diretamente a identidade e a segurança de uma população, além do próprio Direito Internacional.

Nesse sentido, é possível diferenciar dois tipos de coerção empregados por Trump. A primeira é a coerção territorial propriamente dita: o presidente já declarou publicamente interesse em incorporar o Canadá, tomar o Panamá e a Groenlândia e até assumir a Faixa de Gaza, chegando a afirmar sobre o Canadá que, unido aos EUA, “não haveria tarifas... e eles estariam totalmente seguros da ameaça dos navios russos e chineses” (G1, 2025), e sobre a Groenlândia que os EUA “teriam que fazer alguma coisa em relação a ela, gostem eles ou não”, pois “se não fizermos, a Rússia ou a China vão tomar conta” (TRT World, 2026). A segunda é a coerção econômica — sanções, tarifas e bloqueios financeiros usados para promover interesses políticos sem risco de conflito armado, da Lei Magnitsky ao embargo petrolífero à Venezuela, método que o próprio presidente descreve como “o mais forte, rápido e simples” (Moura, 2026).

### 3.2 O CASO CANADÁ: INTEGRAÇÃO ASSIMÉTRICA E RUPTURA DA CONFIANÇA

A relação entre Estados Unidos e Canadá é historicamente marcada por interdependência econômica profunda, mas também por assimetria de poder e pela ausência de instituições formais de integração, o que dificulta uma política bilateral única e coerente (Hale, 2012). Essa integração foi consolidada pelo NAFTA e, posteriormente, pelo USMCA, e reforçada pelo NORAD — comando conjunto de defesa aeroespacial criado em 1958 que simboliza tanto a parceria estratégica quanto a busca canadense por afirmar sua própria soberania frente ao vizinho (North American Aerospace Defense Command, 2013).

Nesse contexto, as menções de Trump à anexação do Canadá geraram forte descontentamento entre políticos e economistas canadenses, além de boicote a produtos americanos por parte da população (Notícias UOL, 2025), agravado pela imposição de tarifa de 35% sobre produtos canadenses (Catto; Freitas, 2025). Como o Canadá absorve mais de três quartos de suas exportações no mercado americano, a medida atinge diretamente setores centrais de sua economia (BBC News, 2026) — o que tem levado o país a diversificar seus laços econômicos, ampliando acordos com o Mercosul e aproximando-se da China (Redação, 2025), ao mesmo tempo em que a imprevisibilidade tarifária compromete a estabilidade dos acordos comerciais vigentes (Im; Nguyen, 2025).

### 3.3 O CASO GROENLÂNDIA: ÁRTICO, RECURSOS E COMPETIÇÃO GEOPOLÍTICA

Desde o início de seu segundo mandato, Trump tem deixado clara sua pretensão de anexar a Groenlândia. O interesse americano pelo território, contudo, não é novo: remonta a 1867 (ano da compra do Alasca) e a uma oferta de US\$ 100 milhões em ouro em 1946, sempre rejeitadas (Deutsche Welle, 2026). Hoje a Groenlândia é entidade autônoma do Reino da Dinamarca, com direito reconhecido à autodeterminação desde a Lei de Autogoverno de 2009, ainda que Copenhague mantenha controle sobre constituição, defesa e política externa (Statsministeriet, [s.d.]; Dinamarca, 2009). A pressão de Trump, paradoxalmente, teve efeito oposto ao pretendido: a população groenlandesa se uniu à Dinamarca contra as ameaças, reforçando que não se venderia à jurisdição norte-americana (Kirka, 2025).

O interesse renovado pela ilha relaciona-se à competição geopolítica no Ártico, onde o degelo abre novas rotas marítimas e acesso a reservas estimadas em 90 bilhões de barris de petróleo e 1.669 trilhões de pés cúbicos de gás natural (Munro, 2023). Sem território ártico próprio, a China busca parcerias com a Rússia para explorar a região (Adler, 2025), o que reforça a percepção americana de que sua presença na Groenlândia é ativo estratégico para conter o avanço sino-russo. Nesse sentido, o caso groenlandês ilustra uma lógica mais ampla, na qual o território deixa de ser um fim em si e passa a ser instrumentalizado como moeda de barganha dentro de estratégias de poder — dinâmica compatível com a leitura realista de que Estados buscam maximizar sua posição relativa no sistema internacional (Waltz, 1979).

### 3.4 IMPLICAÇÕES SISTÊMICAS E NORMATIVAS

As ameaças de anexação ao Canadá e à Groenlândia não se esgotam como episódios bilaterais isolados: tocam os fundamentos normativos da ordem internacional contemporânea, pois soberania estatal e integridade territorial são, desde a Carta da ONU, condições de possibilidade da própria previsibilidade das relações internacionais. Quando a potência que historicamente se apresentou como fiadora dessas normas passa a relativizá-las no trato com vizinhos, o efeito não se limita ao par bilateral: corrói o valor demonstrativo da norma para todo o sistema, deslocando o debate de “se” a soberania de um Estado pode ser questionada para “em que condições” ela pode sê-lo — o mesmo mecanismo de seletividade normativa identificado no capítulo anterior a propósito da Rússia.

O efeito sobre a credibilidade americana é direto: parceiros que testemunham a naturalização de ameaças territoriais contra vizinhos historicamente próximos têm razões para reavaliar a proteção normativa que sua relação com Washington lhes oferece, já que o precedente de que o território pode ser instrumentalizado como moeda de barganha permanece disponível para uso futuro. Por fim, essa erosão normativa produz incentivo sistêmico a comportamentos revisionistas por parte de outros atores: ao relativizar em benefício próprio o princípio que historicamente policiou, os Estados Unidos reduzem a força moral do discurso ocidental de condenação a violações semelhantes — de modo que a coerção territorial da *bully diplomacy* trumpista, ao buscar ganhos táticos imediatos, contribui para um ambiente internacional mais permissivo à revisão de fronteiras, com efeitos que extrapolam em muito o valor específico do Canadá ou da Groenlândia.

## 4 A BULLY DIPLOMACY DE TRUMP E A RECONFIGURAÇÃO DAS ALIANÇAS INTERNACIONAIS E DA ORDEM MULTILATERAL

### 4.1 BULLY DIPLOMACY, HEGEMONIA PREDATÓRIA E A RECONFIGURAÇÃO DAS ALIANÇAS INTERNACIONAIS

A política externa do segundo governo Trump representa inflexão em relação aos princípios que orientaram a liderança americana desde 1945. A adoção de postura transacional — ameaças econômicas, tarifas, pressões diplomáticas e condicionamento de compromissos de segurança — evidencia a estratégia da *bully diplomacy*: o exercício da influência internacional deixa de priorizar consensos e passa a explorar assimetrias de poder em favor de ganhos imediatos. Segundo Walt (2026), o segundo governo Trump

compreende as relações internacionais como negociações de soma zero, em que cada interação deve gerar benefícios desproporcionais aos EUA — o que o autor denomina *predatory hegemony*: hegemonia voltada não à estabilidade coletiva, mas à extração contínua de concessões de aliados e adversários indistintamente.

Essa mudança altera a natureza das alianças, historicamente responsáveis por reduzir incertezas do sistema internacional e permitir que os Estados ampliem investimentos e cooperação de longo prazo. Ao introduzir volatilidade nas relações com aliados tradicionais — tarifas como instrumento de coerção, ameaças de revisão de compromissos na OTAN, exigência de contrapartidas para garantias de segurança —, a *bully diplomacy* corrói um dos pilares centrais das alianças: a credibilidade. Segundo o Munich Security Report 2026, parceiros dos Estados Unidos passaram a perceber sua política externa como marcada por volatilidade entre cooperação, condicionalidade e coerção, o que incentiva a diversificação de parcerias, sobretudo entre europeus e asiáticos, sem necessariamente romper com a aliança transatlântica (Munich Security Conference, 2026). Como argumenta Raja Mohan (2026), apesar da difusão de capacidades entre outros atores, os Estados Unidos ainda ocupam posição singular no sistema — mas essa posição depende também da capacidade de coordenar alianças e sustentar instituições, de modo que a *bully diplomacy* reafirma o poder coercitivo americano à custa de parte de sua legitimidade política.

Esse cenário também favorece a cooperação entre os próprios adversários dos Estados Unidos: China, Rússia, Irã e Coreia do Norte desenvolvem formas cada vez mais sofisticadas de cooperação bilateral e tecnológica, mesmo sem constituir aliança formal — a ausência de compromissos institucionais rígidos torna essa cooperação mais flexível e adaptável (Wright, 2026), em parte como resposta à percepção compartilhada de vulnerabilidade diante do poder americano. O Global Cooperation Barometer 2026, do *World Economic Forum*, confirma que os indicadores de cooperação em paz e segurança seguem se deteriorando, sem que novas formas de cooperação regional consigam substituir integralmente a capacidade das grandes instituições multilaterais (World Economic Forum, 2026).

A efetividade das organizações multilaterais depende da disposição das grandes potências em respeitar as normas que elas próprias ajudaram a construir (Lima; Albuquerque, 2020); quando uma potência considera que os custos da cooperação superam seus benefícios e adota postura unilateral, rompe-se esse equilíbrio. As ações do segundo governo Trump — tarifas unilaterais, pressões econômicas, contestação institucional — evidenciam esse enfraquecimento dos mecanismos de governança internacional que, desde 1945, combinaram distribuição de poder e aceitação voluntária de regras compartilhadas (Walt, 2026).

## 4.2 “AMERICA FIRST”, TRANSACIONALISMO ESTRATÉGICO E DIPLOMACIA COERCITIVA

O termo “America First” remonta ao movimento isolacionista homônimo de 1940-1941, mas a ressignificação trumpista inverte sua lógica original: não se trata de afastamento do cenário internacional, mas de reivindicação de que os Estados Unidos atuem globalmente sem se subordinar a regras ou compromissos multilaterais percebidos como desvantajosos — um nacionalismo assertivo, não um isolacionismo. O retorno de Trump ao poder em 2025 se deu com equipe mais disposta a confrontar diretamente normas e instituições consolidadas (Andrade, 2026), com comunicação que contorna canais institucionais tradicionais em favor de redes sociais.

A National Security Strategy de 2025 estabelece, em seu primeiro pilar, que o único propósito da política externa é a proteção dos interesses nacionais centrais — doutrina que a literatura recente classifica como transacionalismo estratégico: concepção das relações internacionais como intercâmbios em que cada interação deve gerar benefício tangível e imediato aos Estados Unidos, esvaziando a diplomacia de considerações baseadas em valores compartilhados ou compromissos de longo prazo. O caso da OTAN é ilustrativo: em julho de 2026, Trump classificou como “ridícula” a manutenção do atual apoio americano à aliança, descrevendo a relação como “não recíproca” (Aktan, 2026) — padrão que se repete em retiradas ou renegociações de compromissos multilaterais ao longo dos dois mandatos (Acordo de Paris, OMS, acordos comerciais), configurando preferência sistemática por arranjos bilaterais, nos quais a assimetria de poder é mais plenamente explorável.

O conceito de diplomacia coercitiva remete à formulação clássica de Schelling, que a descreve como “diplomacia da violência”: o uso de ameaças que deixam “algo ao acaso”, em que o aumento deliberado de incerteza produz efeito coercitivo (Schelling, 1966 apud Migalhas, 2025). Essa formulação é central para caracterizar a *bully diplomacy*: retórica nacionalista transacional, desconfiança institucional ativa e diplomacia coercitiva apoiada em projeção de poder assimétrica não são fenômenos isolados, mas componentes articulados de um mesmo padrão, no qual a barganha bilateral substitui a construção de consenso multilateral como principal mecanismo de obtenção de resultados internacionais.

## 4.3 TENSÕES COMERCIAIS COM CANADÁ E MÉXICO E A REVISÃO DO USMCA

As tarifas de Trump inicialmente pouparam México e Canadá, o que permitiu à indústria mexicana continuar como plataforma de exportação ao mercado americano, com crescimento de cerca de 6% (BBC NEWS, 2026). Posteriormente, porém, foram

impostas tarifas sobre aço, alumínio e peças automotivas não produzidas em território americano, elevando as tensões: a presidente mexicana contestou a falta de justificativa, dada a cooperação do país em migração, segurança e combate ao tráfico (G1, 2025), enquanto o Canadá foi o primeiro a anunciar retaliação, iniciando processo de diversificação comercial rumo à Bacia do Pacífico e à União Europeia — sem, contudo, substituir o peso econômico do NAFTA/USMCA.

Na revisão do USMCA realizada em julho de 2026, os Estados Unidos declararam não estar dispostos a renovar o acordo em sua forma atual, buscando corrigir “deficiências” e reduzir déficits comerciais, especialmente por meio de maior conteúdo regional exigido no setor automotivo — mantendo, porém, o tratado em vigor durante as negociações (CNN, 2026a). Esse padrão se estende à relação com a Europa e a OTAN, fragilizada pelas tarifas, pelo desfinanciamento da Ucrânia, pela exigência de que os membros destinem 5% do PIB a gastos militares e pelas ameaças à Groenlândia (Freire, 2026) — sem que Trump tenha cogitado oficialmente retirar os EUA da aliança, o que configura fragmentação sem colapso formal. Em resposta, a Europa tem buscado reduzir sua dependência americana por meio de parcerias comerciais alternativas (Mercosul, Índia), ainda que a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, reafirme os Estados Unidos como aliados e amigos (Freire, 2026).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo analisou a *bully diplomacy* do segundo governo Donald Trump a partir de quatro eixos complementares: o uso de tarifas como instrumento de coerção contra aliados tradicionais, a ambiguidade diplomática em relação ao conflito Rússia-Ucrânia, a coerção territorial dirigida ao Canadá e à Groenlândia, e a reconfiguração das alianças internacionais e das organizações multilaterais.

O primeiro eixo demonstrou que o tarifaço de 2025 extrapolou a lógica de uma política comercial convencional, constituindo instrumento de coerção diplomática que explorou vulnerabilidades derivadas da interdependência econômica entre os Estados Unidos e seus parceiros mais próximos. Canadá, México e União Europeia reagiram de formas distintas — retaliação imediata, negociação pragmática e diversificação de parcerias, respectivamente —, evidenciando tanto a centralidade do mercado norte-americano quanto os limites da coerção tarifária em sistemas de alta interdependência. Como discutido, essa volatilidade produziu efeitos duradouros sobre a credibilidade internacional dos Estados Unidos, na medida em que a reputação de um Estado deriva fundamentalmente da previsibilidade de suas ações.

O segundo eixo revelou que a postura ambígua de Trump em relação à Rússia — marcada por sinalizações contraditórias entre pressão e conciliação — não pode ser dissociada da própria lógica da *bully diplomacy*: também nesse caso, a diplomacia americana privilegiou o cálculo transacional de curto prazo em detrimento do compromisso normativo consistente historicamente associado à liderança ocidental na segurança europeia, com efeitos sobre a coesão da OTAN e sobre a confiança de aliados europeus na previsibilidade de Washington.

O terceiro eixo mostrou que as ameaças de anexação territorial contra o Canadá e a Groenlândia, embora não convertidas em ação militar direta, operam como teste dos limites normativos da soberania estatal, contribuindo para uma erosão sistêmica do princípio da integridade territorial que extrapola o valor geopolítico específico desses dois casos e cria precedente disponível para justificar comportamentos revisionistas por parte de outros atores do sistema internacional.

O quarto eixo, por fim, sintetizou essas manifestações sob a chave da “hegemonia predatória” (Walt, 2026): uma estratégia que extrai concessões de aliados e adversários indistintamente, tratando cada interação internacional como um jogo de soma zero. Esse padrão comportamental produz um duplo efeito sistêmico — por um lado, incentiva parceiros tradicionais a diversificar suas alianças e reduzir sua dependência de Washington; por outro, aprofunda a cooperação pragmática entre potências revisionistas (China, Rússia, Irã e Coreia do Norte), ainda que sem constituir uma aliança formal entre elas. O resultado é o enfraquecimento das organizações multilaterais — OMC, ONU, OTAN — cuja efetividade depende justamente da disposição das grandes potências em respeitar as normas que elas próprias ajudaram a construir.

Em conjunto, os quatro eixos permitem sustentar a tese central deste artigo: a *bully diplomacy* não constitui um conjunto de episódios desconexos de política externa, mas um padrão comportamental coerente, cujo custo cumulativo é a erosão da própria base de legitimidade sobre a qual se assentou a liderança internacional dos Estados Unidos desde 1945. Ainda que essa estratégia possa produzir ganhos táticos de curto prazo — concessões tarifárias, contrapartidas de segurança, deferência simbólica de parceiros —, a literatura examinada converge na conclusão de que seus efeitos estruturais tendem a ser negativos para os próprios interesses de longo prazo dos Estados Unidos, na medida em que corroem a credibilidade, a confiança e a legitimidade que historicamente diferenciaram a hegemonia americana de outras formas de dominação internacional.

Como limitações do estudo, destaca-se seu caráter qualitativo e exploratório, fundamentado em dados secundários sobre um fenômeno ainda em curso, cujos

desdobramentos permanecem em aberto e cuja documentação acadêmica consolidada ainda é escassa, exigindo cautela na generalização dos achados. Sugere-se, para pesquisas futuras, a realização de estudos comparativos entre a *bully diplomacy* do segundo mandato e os padrões de coerção diplomática de outras potências históricas, bem como análises quantitativas que mensurem com maior precisão os efeitos de médio prazo sobre fluxos comerciais, alianças militares e a arquitetura das organizações multilaterais.

## REFERÊNCIAS

ADLER, Katya. Como o Ártico se transformou numa das regiões mais disputadas por potências globais. **BBC News**, [S. l.], 26 maio 2025.

AGÊNCIA BRASIL. **Trump critica ONU e defende protagonismo dos EUA em resoluções de conflitos**. Agência Brasil, Brasília, DF, 2025.

AKTAN, Sertac. Trump says ‘ridiculous’ for US to maintain current support for NATO. **Euronews**, [S. l.], 3 jul. 2026. Disponível em: <https://www.euronews.com/my-europe/2026/07/03/trump-says-ridiculous-for-us-to-maintain-current-support-for-nato>. Acesso em: 4 jul. 2026.

ANDRADE, Fábio. **Trump, unilateralismo e a crise da ordem internacional**. Relações Internacionais ESPM, São Paulo, 2026. Disponível em: <https://ri.espm.edu.br/2026/trump-unilateralismo-e-a-crise-da-ordem-internacional-analise-do-prof-fabio-andrade/>. Acesso em: 4 jul. 2026.

ANDRADE, Levi. **A Guerra Rússia x Ucrânia sob a ótica da Teoria do Estado**. JusBrasil, [S. l.], 19 jun. 2023. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-guerra-russia-x-ucrania-sob-a-otica-da-teoria-do-estado/1866909070>. Acesso em: 1 jul. 2026.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 5. ed. Lisboa: Edições 70, 2011.

BBC NEWS BRASIL. **EUA e Rússia: os altos e baixos da histórica relação que moldou o mundo**. [S. l.]: BBC, 9 jun. 2025a. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c4g74r8me24o>. Acesso em: 1 jul. 2026.

BBC NEWS BRASIL. **Porque Trump saiu da OMS, do Acordo de Paris e do Conselho de Direitos Humanos da ONU**. [S. l.]: BBC News Brasil, 2025b.

BBC NEWS. **Trump criticises ‘decaying’ European countries and ‘weak’ leaders**. BBC, [S. l.], 9 dec. 2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/articles/clydlwldkvo>. Acesso em: 1 jul. 2026.

BBC NEWS. **México sustenta crescimento de exportações aos EUA apesar do tarifaço de Trump**. BBC News, [S. l.], 2026.

CARLSON, Brian G. **The Growing Significance of China-Russia Defense Cooperation**. Carlisle: U.S. Army War College, Strategic Studies Institute, 2024. Disponível em: <https://ssi.armywarcollege.edu/SSI-Media/Recent-Publications/Display/Article/3908561/>. Acesso em: 11 fev. 2026.

CARVALHEIRA, Carolina Loreto. **A Evolução Política da OTAN: O que mudou com o fim da Guerra Fria?**. 2005. 61 f. Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais) — Centro Universitário de Brasília, Brasília, DF, 2005. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/235/9367>. Acesso em: 29 jan. 2026.

CASELLA, Paulo Borba. **Direito Internacional Público**. São Paulo: Atlas, 2024.

CATTO, André; FREITAS, Aline. **Trump anuncia tarifa de 35% sobre importações do Canadá; cartas já foram enviadas a 23 países**. G1, São Paulo, 11 jul. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2025/07/10/trump-anuncia-tarifa-canada.ghtml>. Acesso em: 24 mar. 2026.

CAUR, Jales. **Criação da Organização para Cooperação de Xangai (OCX)** — 15 de junho de 2001. Relações Exteriores, [S. l.], 15 jun. 2021. Disponível em: <https://relacoesexteriores.com.br/criacao-organizacao-cooperacao-shanghai/>. Acesso em: 1 jul. 2026.

CANADIAN FEDERATION OF INDEPENDENT BUSINESS (CFIB). **US Tariffs**. Toronto: CFIB, 2025. Disponível em: <https://www.cfib-fcei.ca/en/site/us-tariffs>. Acesso em: 1 jul. 2026.

CNN BRASIL. **Análise**: comentários incendiários de Trump sobre OTAN causam arrepios na Europa. CNN Brasil, [S. l.], 2025a. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/analise-comentarios-incendiarios-de-trump-sobre-otan>. Acesso em: 1 jul. 2026.

CNN BRASIL. **Sanções dos EUA a empresas russas não terão grande impacto, diz Dmitriev**. CNN Brasil, [S. l.], 2025b. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/sancoes-dos-eua>. Acesso em: 1 jul. 2026.

CNN BRASIL. **Política de Trump com o Canadá afasta o aliado histórico, diz professor**. CNN Brasil, [S. l.], 24 jan. 2026. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/politica-de-trump-com-o-canada-afasta-o-aliado-historico-diz-professor>. Acesso em: 24 mar. 2026.

CNN. **Estados Unidos sinalizam que não renovarão o USMCA em sua forma atual**. CNN, [S. l.], 1 jul. 2026a.

CNN. **Groenlândia**: mapa mostra riqueza mineral inexplorada na ilha alvo de Trump. CNN Brasil, [S. l.], 23 jan. 2026b. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/groenlandia-mapa-mostra-riqueza-mineral-inexplorada-na-ilha-alvo-de-trump/>. Acesso em: 24 mar. 2026.

COMISSÃO EUROPEIA. **EU-US trade agreement**: tariff framework 2025. Bruxelas: European Commission, 2025.

CONDE, Leandro Carlos Dias. Continuidades da política externa norte-americana no pós-Guerra Fria: os imperativos da democracia e do mercado. **Conjuntura Austral**, [S. l.], v. 6, n. 29, p. 75, 2015.

CONDE, Leandro Carlos Dias. Os contornos da estratégia imperial da política externa dos Estados Unidos no pós-Guerra Fria: uma leitura crítica. **Brazilian Journal of International Relations**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 371-389, 2018.

DEUTSCHE WELLE. **Interesse dos EUA pela Groenlândia remonta ao século 19**: entenda o que está por trás disso. G1, [S. l.], 2026. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2026/01/07/interesse-dos-eua-pela-groenlandia-remonta-ao-seculo-19-entenda-o-que-esta-por-tras-disso.ghml>. Acesso em: 24 mar. 2026.

DINAMARCA. Prime Minister's Office. **Act no. 473 of 12 June 2009**: Act on Greenland Self-Government. Copenhagen: Prime Minister's Office, 2009. Disponível em: <https://english.stm.dk/media/4vgewyoh/gl-selvstyrellov-uk.pdf>. Acesso em: 16 set. 2026.

FERNANDES, Antônio Horta. As potências revisionistas nas relações internacionais — uma noção equívoca. **Janus.net**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 1-20, abr. 2023.

FOX NEWS. **Trump calls Putin 'smart' for Ukraine invasion strategy**. Fox News, [S. l.], 22 mar. 2022.

FREIRE, Ana Helena Gigliotti de Luna. A Europa em busca da soberania perdida. **Cadernos de Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, Rio de Janeiro, 2026. Disponível em: <https://cadernossaudeglobalfiocruz.net/csgf/article/view/56/74>. Acesso em: 4 jul. 2026.

G1. **México e Canadá reagem às tarifas de Trump sobre aço, alumínio e autopeças**. G1 Globo, [S. l.], 2025.

GEORGE, Alexander L.; HALL, David K.; SIMONS, William E. **The Limits of Coercive Diplomacy**: Laos, Cuba, Vietnam. Boston: Little, Brown, 1971.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALE, Geoffrey. **The Public and Hidden Worlds of Canada-US Relations**. Vancouver: UBC Press, 2012.

IM, Irina; NGUYEN, Tu. **Steel, Aluminum Tariffs Turn Uncertainty into Concern for Canada**. The Real Economy Blog, [S. l.], 11 fev. 2025. Disponível em: <https://realeconomy.rsmus.com/trump-steel-aluminum-tariffs-canada>. Acesso em: 24 mar. 2026.

INTERNATIONAL CRIMINAL COURT. **Situation in Ukraine: ICC judges issue arrest warrants against Vladimir Vladimirovich Putin and Maria Alekseyevna Lvova-Belova**. ICC Press Release, Haia, 17 mar. 2023. Disponível em: <https://www.icc-cpi.int/news/situation-ukraine-icc-judges-issue-arrest-warrants-against-vladimir-vladimirovich-putin-and>. Acesso em: 1 jul. 2026.

IRWIN, Douglas A. **Clashing over Commerce: A History of US Trade Policy**. Chicago: University of Chicago Press, 2017.

JUBRAN, Bruno Mariotto. A política de grandeza da Rússia em formação: uma síntese do período pós-soviético. **Revista Paranaense de Desenvolvimento — RPD**, Curitiba, v. 36, n. 129, p. 71-98, 2015.

KALOUT, Hussein. Os Estados Unidos e a erosão da ordem internacional. **CEBRI-Revista**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 14, p. 9-14, abr./jun. 2025. Disponível em: <https://cebri.org/revista/br/artigo/200/os-estados-unidos-e-a-erosao-da-ordem-internacional>. Acesso em: 11 fev. 2026.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. **Power and Interdependence: World Politics in Transition**. Boston: Little, Brown, 1977.

KIRKA, Danica. **Moradores da Groenlândia se unem contra os EUA, com Trump de olho no Ártico**. Estadão, [S. l.], 2025. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/internacional/moradores-da-groenlandia-se-unem-contra-os-eua-com-trump-de-olho-no-artico/>. Acesso em: 24 mar. 2026.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LEE, Jeong-ho. **Kim Jong Un to revise constitution, label S Korea as ‘primary enemy’**. Radio Free Asia, [S. l.], 16 jan. 2024. Disponível em: <https://www.rfa.org/english/news/korea/nk-constitution-revise-01152024211701.html>. Acesso em: 1 jul. 2026.

LIMA, Maria Regina Soares De; ALBUQUERQUE, Marianna. **Reordenamento Global, Crise do Multilateralismo e Implicações para o Brasil**. Rio de Janeiro: CEBRI, 2020.

LIRA, Roberto De. **Irã diz que acordo nuclear expirou e que restrições ao país devem ser encerradas**. InfoMoney, [S. l.], 18 out. 2025. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/mundo/ira-diz-que-acordo-nuclear-expirou-e-que-restricoes-ao-pais-devem-ser-encerradas/>. Acesso em: 1 jul. 2026.

MCHEDLISHVILI, George. The Dawn of the post-Cold War Era: Russo-American Relations in the 1990s. **Journal in Humanities**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 51-52, 2016. Disponível em: <https://scholar.archive.org/work/g4asm57mpdfpfoo7lqbo2ctei/>. Acesso em: 29 jan. 2026.

MCKIBBIN, Warwick J.; NOLAND, Marcus. **US tariffs on Canada and Mexico would hurt all three economies**: retaliation would worsen the damage. In: REALTIME Economics: PIIE Blog. Washington, DC: Peterson Institute for International Economics, 4 fev. 2025. Disponível em: <https://www.piie.com/blogs/realtime-economics/2025/us-tariffs-canada-and-mexico-would-hurt-all-three-economies>. Acesso em: 15 out. 2026.

MIGALHAS. **O tarifaço de Trump chegou**: o Brasil quer romper com os EUA? Migalhas, [S. l.], 4 ago. 2025. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/435703/o-tarifaco-de-trump-chegou-o-brasil-quer-romper-com-os-eua>. Acesso em: 4 jul. 2026.

MOHAN, Chilamkuri Raja. The multipolar delusion. **Foreign Affairs**, [S. l.], 17 fev. 2026.

MORGENTHAU, Hans J. **Politics Among Nations**: The Struggle for Power and Peace. New York: Alfred A. Knopf, 1948.

MOURA, Manuela de. Groenlândia: falas de Trump e reações na Europa deixam mundo em alerta. **Metrópoles**, [S. l.], 21 jan. 2026. Disponível em: <https://www.metropoles.com/mundo/groenlandia-trump-europa-mundo>. Acesso em: 15 out. 2026.

MUNICH SECURITY CONFERENCE. **Munich Security Report 2026**. Munich: Munich Security Conference, 2026. Disponível em: <https://securityconference.org/en/publications/munich-security-report/2026/>. Acesso em: 4 jul. 2026.

MUNRO, André. **NORAD**: Headquarters, Location, Meaning, & Facts. Britannica, [S. l.], 25 ago. 2023. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/NORAD>. Acesso em: 24 mar. 2026.

NATIONAL SECURITY COUNCIL. **Defense Planning**: Guidance FY 1994-1999. Washington, DC: NSC, 1992. Disponível em: <https://www.archives.gov/files/declassification/iscap/pdf/2008-003-docs1-12.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2026.

NATO. **Defence Expenditure of NATO Countries (2014-2024)**. Bruxelas: NATO Official Statistics, 2024. Disponível em: [https://www.nato.int/content/dam/nato/legacy-wcm/media\\_pdf/2024/6/pdf/240617-def-exp-2024-en.pdf](https://www.nato.int/content/dam/nato/legacy-wcm/media_pdf/2024/6/pdf/240617-def-exp-2024-en.pdf). Acesso em: 1 jul. 2026.

NATO. **Wales Summit Declaration**. NATO Official Documents, Bruxelas, 5 set. 2014. Disponível em: [https://www.nato.int/cps/en/natohq/official\\_texts\\_112964.htm](https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_112964.htm). Acesso em: 1 jul. 2026.

NEW YORK TIMES. **Trump's Response to Russian Invasion Reveals Continued Ambivalence**. The New York Times, [S. l.], 24 fev. 2022.

NORTH AMERICAN AEROSPACE DEFENSE COMMAND. **North American Aerospace Defense Command**. Western Air Defense Sector, [S. l.], 2013. Disponível em: <https://www.wads.ang.af.mil/About-Us/Fact-Sheets/Article/1175459/>. Acesso em: 24 mar. 2026.

NOTÍCIAS UOL. **TEDH condena Rússia por silenciar críticas à guerra na Ucrânia**. UOL Notícias, [S. l.], 11 fev. 2025. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2025/02/11/tedh-condena-russia>. Acesso em: 1 jul. 2026.

O GLOBO. **Efeitos colaterais das tarifas**: inflação e desorganização de cadeias de suprimentos. O Globo, [S. l.], 2025.

PEREIRA, Analúcia Danilevitz et al. A geopolítica do Ártico: plataforma de projeção dos interesses russos no cenário geopolítico mundial. **Coleção Meira Mattos**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 62, p. 147-160, 2024. Disponível em: <https://elibrary.ru/item.asp?id=81028681>. Acesso em: 24 mar. 2026.

PRAXEDES, Marcelo. O efeito Trump 2.0: tarifas, cadeias globais e impactos na economia mundial e brasileira. **REGIT**, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 67-81, 2025.

PRESSE, France. **Trump critica líderes europeus: “Estúpidos” e “politicamente corretos”**. G1, [S. l.], 9 dez. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2025/12/09/trump-chama-lideres-europeus-de-estupidos-e-critica-politicas-de-imigracao-do-bloco-querem-ser-politicamente-corretos.ghtml>. Acesso em: 15 out. 2026.

PUTIN, Vladimir. Speech by Vladimir Putin 2007. In: MUNICH SECURITY CONFERENCE. **Selected Key Speeches: Volume I (1963–2024)**. Munich: Munich Security Conference, 2024. Disponível em: <https://securityconference.org/en/publications/books/selected-key-speeches-volume-i/2000-2009/speech-vladimir-putin-2007/>. Acesso em: 15 out. 2026.

REDAÇÃO. **Canadá busca reduzir dependência dos EUA e mira acordo comercial com Mercosul**. Jornal Brasil Vancouver, Vancouver, 22 jul. 2025. Disponível em: <https://brasilvancouver.com/canada-busca-reduzir-dependencia-dos-eua-e-mira-acordo-comercial-com-mercosul>. Acesso em: 24 mar. 2026.

RIBEIRO, Erik Herejk; UNGARETTI, Carlos Renato. COVID-19 e a crise da ordem liberal: aceleração do tempo histórico e mundo pós-ocidental. **Revista Agenda Política**, [S. l.], v. 8, n. 3, p. 191-220, 2020.

SCHELLING, Thomas C. **Arms and Influence**. New Haven: Yale University Press, 1966.

SHIMABUKURO, Alessandro. **A política de segurança dos Estados Unidos no pós-Guerra Fria**. 2005. 189 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/Busca/Download?codigoArquivo=496929>. Acesso em: 30 jan. 2026.

STATSMINISTERIET. **Greenland**. Copenhagen: Statsministeriet, [s. d.]. Disponível em: <https://english.stm.dk/the-prime-ministers-office/the-unity-of-the-realm/greenland/>. Acesso em: 24 mar. 2026.

SULLIVAN, Kate. Trump says he would encourage Russia to ‘do whatever the hell they want’ to any NATO country that doesn’t pay enough. **CNN Politics**, [S. l.], 10 fev. 2024. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2024/02/10/politics/trump-russia-nato>. Acesso em: 15 out. 2026.

TRT WORLD. **‘IF WE don’t do it, Russia or China will take over Greenland,’ says Trump**. TRT World, [S. l.], 11 jan. 2026. Disponível em: <https://www.trtworld.com/article/0e8f432d19ba>. Acesso em: 15 out. 2026.

UNITED STATES. Department of War. **Support for Ukraine**. Washington, DC: U.S. Department of War, 2026. Disponível em: <https://www.war.gov/Spotlights/Support-for-Ukraine/>. Acesso em: 15 out. 2026.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

WALT, Stephen M. The predatory hegemon: how Trump wields American power. **Foreign Affairs**, [S. l.], mar./abr. 2026.

WALTZ, Kenneth N. **Theory of International Politics**. Reading: Addison-Wesley, 1979.

WORLD ECONOMIC FORUM. **The Global Cooperation Barometer 2026**. Genebra: WEF, 2026. Disponível em: <https://www.weforum.org/publications/the-global-cooperation-barometer-2026/>. Acesso em: 4 jul. 2026.

WORLD TRADE ORGANIZATION. **World Trade Report 2009**: Trade Policy Commitments and Contingency Measures. Geneva: WTO, 2009.

WRIGHT, Thomas. Why the informal alignment of U.S. adversaries is so dangerous. **Foreign Affairs**, [S. l.], jul./ago. 2026.

YARHI-MILO, Keren. The Price of Unpredictability: How Trump's Foreign Policy Is Ruining American Credibility. **Foreign Affairs**, [S. l.], 6 out. 2025. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/united-states/price-unpredictability>. Acesso em: 1 jul. 2026.